MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3º REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2016
Prova A3

Parte I – Prova Objetiva

1. Assinale a alternativa **correta**:

a) No federalismo brasileiro, vige o princípio da hierarquia, de modo que os Estados têm subordinação financeira à União;

b) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal. Municípios e Territórios não são unidades da federação.

c) Nos casos previstos, compete à União ou ao Estado a intervenção nos Municípios;

d) Uma das causas legítimas de intervenção federal é promover a execução de decisão judicial.

2. Quanto às disposições da Constituição de 1988 sobre o Poder Judiciário, é **incorreto** afirmar que:

a) Os julgamentos no Poder Judiciário não são públicos, em regra.

b) O presidente do Supremo Tribunal Federal também exerce a presidência do Conselho Nacional de Justiça;

c) O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário;

d) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.

3. Sobre o federalismo no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a Constituição Federal, os Estados da Federação tem autonomia, de modo que lhes é assegurado o direito de secessão, mediante procedimento excepcional previsto;

b) A forma federativa do Estado é uma cláusula pétrea, ou seja, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a aboli-la;

c) São entes da Federação no Brasil: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

d) Na federação brasileira, Estados, Territórios e o Distrito Federal podem ser divididos em municípios.

4. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) qualquer membro do Ministério Público Federal;

c) as mesmas pessoas legitimadas para a Ação Civil Pública;

d) Defensor Público da União.

5. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**:

a) O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar o mandado de segurança contra atos do Presidente da República;

b) O Mandado de Segurança pode ser concedido quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

c) O Mandado de Segurança pode ser concedido no caso de uma prisão ilegal;

d) Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano pode impetrar Mandado de Segurança em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

6. Com relação à possibilidade de reforma da Constituição Brasileira de 1988, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Cláusulas pétreas podem ser reformadas para ampliar garantias e direitos individuais;

b) O sistema de governo não é uma cláusula considerada pétrea, de acordo com a Constituição Federal de 1988;

c) Devido ao princípio da supremacia constitucional, nenhum tratado internacional pode modificar os termos da Constituição Federal de 1988;

d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.

7. Quanto às disposições da Constituição de 1988 sobre o Poder Legislativo, é **incorreto** afirmar que:

a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos; e resoluções;

b) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria de partidos políticos e direito eleitoral;

d) Por paralelismo da União, o Poder Legislativo nos Estados é constituído sob o regime bicameral.

8. Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa **incorreta**:

a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;

b) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

c) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular;

d) O habeas corpus pode ser preventivo ou repressivo.

9. A Constituição de 1988 do Brasil é comumente classificada como:

a) Utópica, pois influenciada por uma só ideologia imperante na Assembleia Constituinte;

b) Outorgada, pois teve forte apelo democrático após mais de 20 anos de regime militar;

c) Constituição-garantia, pois resume-se a delimitar o poder do Estado e assegurar direitos individuais;

d) Rígida, pois exige um procedimento especial mais rigoroso para reformar seus próprios dispositivos.

10. De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;

b) a casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo somente em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro;

c) o tráfico de drogas constitui crime inafiançável e imprescritível.

d) A Constituição Federal assegura o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional, como no caso dos jornalistas.

11. É correto dizer que "*os crimes _____ estão descritos em figuras típicas necessariamente formuladas de tal forma que só pode ser autor quem esteja em situação de realizar pessoalmente e de forma direta o fato punível.*" (STJ, REsp 761.354/PR, Rei. Min. Félix Fischer, 5a T., DJ 16/10/2006, p. 421).

O espaço em branco poderia ser corretamente preenchido por:

a) comum

b) putativo

c) de mão própria

d) comissivo

12. Tem-se _____ quando o agente não quer o resultado por ele previsto, mas assume o risco de produzi-lo.

Assinale a alternativa que completa a lacuna corretamente.

a) dolo direto

b) dolo alternativo

c) culpa consciente

d) dolo eventual

13. Não é efeito da condenação previsto no Código Penal:

a) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado;

b) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso;

c) Cassação automática da aposentadoria em cargo público;

d) A perda de cargo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.

14. Admite-se a suspensão condicional da pena

a) Para o réu que se encontre-se em estado terminal de doença crônica;

b) Para o réu que complete 70 anos na data da sentença penal condenatória;

c) Para o réu condenado a pena privativa de liberdade não superior a 2 anos e que não seja reincidente;

d) Para o réu condenado que tenha cumprido mais de dois terços de sua pena e tenha bom comportamento durante o pedido de cárcere.

15. Assinale a alternativa correta acerca da ação penal personalíssima:

a) é aquela que pode ser proposta pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo

b) é aquela que pode ser proposta pelo Ministério Público e pelo ofendido

c) somente pode ser proposta pelo Ministério Público mediante requisição do ofendido

d) é aquela em que somente o ofendido pode propô-la.

16. Ocorre concurso formal de crimes:

a) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não;

b) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não;

c) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, nas condições de tempo, lugar, maneira de execução;

d) Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.

17. De acordo com a disciplina do concurso de pessoas no Código Penal, é **correta** a afirmativa:

a) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço;

b) Na hipótese de que algum dos concorrentes tenha querido participar de crime menos grave, responderá por ambos, se os crimes forem consumados;

c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio serão punidos se se tratar de crimes contra a segurança nacional, como nos protestos públicos.

d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida da culpabilidade dos mandantes do crime.

18. O art. 181 do Código Penal isenta de pena o agente quando o crime contra o patrimônio for cometido pelo cônjuge, ascendente ou descendente da vítima, salvo se houver emprego de violência ou grave ameaça, ou se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 anos. Este é um exemplo de:

a) Causa extintiva da punibilidade;

b) Escusa absolutória;

c) Crime tentado;

d) Culpa inconsciente.

19. Com a intenção de perpetrar roubos contra carteiros, E.C.C. permaneceu por vários dias em espreita nas ruas próximas à agência dos Correios. Todos os dias abordava um dos carteiros do mesmo modo e lhe arrebatava o conteúdo da bolsa de cartas. Fez isso por 6 dias, sendo preso no sétimo. Na fixação da pena, o juiz deve considerar as condutas:

a) concurso formal de crimes;

b) como um único crime habitual, praticado por vários dias.

c) concurso material de crimes,

d) crime continuado.

20. Não é prevista no Código Penal dentre as penas restritivas de direitos:

a) a limitação de fim de semana;

b) a prisão domiciliar;

c) a perda de bens e valores;

d) a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

21. Avalie as assertivas e assinale a alternativa correta:

a) Somente as assertivas I e IV estão corretas;

b) Somente as assertivas II e V estão corretas;

c) Todas as assertivas estão corretas;

d) Nenhuma assertiva está correta;

I. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado;

II. Organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público;

III. Em caso de desvio de finalidade, pode o Ministério Público suspender cautelarmente as atividades de uma associação;

IV. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

V. A criação de associações depende de autorização do poder público em processo do qual deva participar necessariamente o Ministério Público.

22. Sobre a capacidade civil, assinale a alternativa **correta**:

a) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil;

b) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

c) As pessoas maiores de 16 anos e menores de 21 anos são relativamente incapazes;

d) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são sempre absolutamente incapazes.

23. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, pode-se afirmar **corretamente** que, de acordo com o Código Civil,

a) O negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz é anulável.

b) É nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei;

c) Se a lei taxativamente declara o negócio nulo, mas não comina sanção, a avença segue produzindo efeitos até a anulação judicial;

d) Uma vez que o Direito Civil trata de direitos disponíveis das partes, é defeso ao Ministério Público alegar nulidades.

24. Observe a redação adaptada do artigo 157 do Código Civil e assinale a alternativa que corretamente preenche a lacuna inicial do texto:

> *Art. 157. Ocorre _____ quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.*
>
> *§ 1o Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.*
>
> *§ 2o Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.*

a) “a coação”;

b) “o dolo”;

c) “o erro ou ignorância”;

d) “a lesão”.

25. Sobre o conflito de leis, assinale a alternativa **correta**:

a) Salvo disposição expressa de lei em contrário, a regra é que sempre ocorra a repristinação no direito brasileiro.

b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

d) A lei produzida antes da vigência da Constituição de 1988 segue em vigor mesmo que seja com ela incompatível.

26. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação. A este instituto dá-se o nome de:

a) Chamamento ao processo;

b) *Amicus curiae*;

c) Denunciação da lide;

d) Assistência processual.

27. A petição inicial será indeferida:

a) Se contiver pedidos incompatíveis entre si.

b) Quando o autor não indicar a intimação do Ministério Público, nos processos em que deva intervir;

c) Se o juízo indicado for absolutamente incompetente;

d) Se o juízo indicado for relativamente incompetente.

28. Sobre a competência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**:

a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação;

b) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar;

c) A incompetência absoluta não mais pode ser alegada em Segundo Grau de jurisdição;

d) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

29. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Entretanto, esse efeito da revelia não ocorrerá:

a) se o juiz entender que o objeto do julgamento é muito relevante;

b) se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos;

c) se houver pedido expresso nesse sentido por parte do Ministério Público;

d) se a Defensoria Pública da União atuar no feito.

30. Sobre a citação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta:**

a) A citação da União, dos Estados, e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão do Ministério Público Federal;

b) A citação não pode ser feita pelo correio;

c) O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta da citação.

d) A citação por edital será feita quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando.

31. Assinale a alternativa **incorreta**:

a) A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

b) São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

c) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

d) O Membro do Ministério Público não pode ser removido nem mesmo por interesse público.

32. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei Complementar 75/93:

a) Os Procuradores Regionais da República serão designados para oficiar junto aos Tribunais de Justiça dos Estados.

b) Incumbe ao Procurador-Geral da República exercer as funções do Ministério Público e da Advocacia Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal,

c) Ao Procurador-Geral da República cabe propor perante o Supremo Tribunal Federal a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o respectivo pedido de medida cautelar;

d) Incumbe ao Procurador-Geral da República propor perante o Superior Tribunal de Justiça a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, no caso de recusa à execução de lei federal;

33. Assinale a alternativa **correta**:

a) A legitimação do Ministério Público para a proposição de ações civis públicas é exclusiva;

b) Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de consultoria jurídica de entidades públicas;

c) O Ministério Público Federal somente exerce a representação judicial de entidades públicas da administração direta federal;

d) Uma das funções institucionais do Ministério Público é a de promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados.

34. Assinale a alternativa **incorreta**:

a) A Constituição Federal coloca apenas uma exceção à proibição dos membros do Ministério Público de exercer outra função pública;

b) Membro vitalício do Ministério Público pode perder o cargo após processo administrativo de competência do Conselho Nacional do Ministério Público;

c) Membro do Ministério Público não pode exercer a advocacia;

d) E vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político partidária.

GABARITO A3

	A	B	C	D	E	
01				■		D
02	■					A
03		■				B
04	■					A
05			■			C
06			■			C
07				■		D
08		■				B
09				■		D
10			■			C
11			■			C
12				■		D
13			■			C
14			■			C
15				■		D
16		■				B
17	■					A
18		■				B

	A	B	C	D	E	
19				■		D
20		■				B
21	■					A
22		■				B
23		■				B
24				■		D
25		■				B
26		■				B
27	■					A
28			■			C
29		■				B
30				■		D
31				■		D
32			■			C
33				■		D
34		■				B